



Como vai a economia brasileira?



ALESSANDRO CARVALHO

Cerimônia de posse do Corecon-MG. Da esquerda para a direita: Juarez Trevisan, presidente da Federação Nacional dos Economistas; Marilena Chaves, presidente da Fundação João Pinheiro; Cláudio Gontijo, presidente do Corecon-MG; e Róridan Penido Duarte, delegado eleito suplente no Conselho Federal de Economia (Cofecon)

Economistas mineiros colocam o desenvolvimento e o crescimento econômico no centro do debate e discutem a realidade nacional em meio aos grandes desafios que se impõem nesta segunda década do século 21. A pluralidade do pensamento econômico se fez presente durante a cerimônia de posse dos economistas Cláudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira, presidente e vice-presidente do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – 10ª Região (Corecon-MG), para o exercício 2013, e dos novos conselheiros para o triênio 2013/2015, em 20 de março, no auditório Paulo Camillo de Oliveira Penna, do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). • (PÁGINAS 3, 4 E 5)

Jogo de inteligência



PAULO SANDRONI/DIVULGAÇÃO

Professor Paulo Sandroni cria método que ensina economia brincando

Vem aí a V Gincana Mineira de Economia, nos dias 22 e 23 de agosto, que selecionará os vencedores entre as equipes de estudantes de economia das faculdades e universidades de Minas Gerais para competir na III Gincana Nacional de Economia, em Manaus (AM), de 4 a 7 de setembro, com estudantes de diversas escolas brasileiras. A gincana é parte

da programação do XX Congresso Brasileiro de Economia, que tem como tema Economia Verde, Desenvolvimento e Mudanças Econômicas Globais. Na ocasião, será entregue o XIX Prêmio Brasil de Economia e Personalidade Econômica do Ano. Conheça melhor Paulo Sandroni, o economista que criou o programa de simulações para a disputa. • (PÁGINA 7)

Portal do Economista

O Portal do Economista, agora reformulado e com nova apresentação, torna mais fácil o acesso a informações de interesse dos economistas, como documentação e ficha para registro, notícias, vagas de emprego e convênios. Saiba mais ao acessar www.portaldoeconomista.com.br. • (PÁGINA 2).

XVIII ENEP

Organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), o XVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), em Belo Horizonte, de 28 a 31 deste mês, na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE/UFMG), coloca os economistas no centro das discussões. • (PÁGINA 6)

Modernizar para adequar às demandas



O Conselho Regional de Economia – 10ª Região – Minas Gerais (Corecon-MG) traçou o Plano Estratégico para 2013 em fevereiro, com a participação de todos os seus conselheiros em reuniões e seminários, e já coloca em prática as necessidades detectadas, como a modernização e a adequação da instituição às demandas que se multiplicam dia a dia com a velocidade das novas tecnologias.

Autarquia federal, fundada em 11 de junho de 1965, parte integrante do sistema Cofecon/Corecons, que regulamenta a profissão do economista em todo o território nacional, o Corecon-MG reúne atualmente cerca de 4,5 mil economistas registrados. Queremos reforçar a nossa missão de ser uma instituição de referência para os economistas em valorização

profissional, construindo canais para sua integração e participação nas questões econômicas da sociedade.

Reformulamos a legislação existente sobre registros, a pedido do Conselho Federal de Economia (Cofecon), que se tornou um modelo para o país; reorganizamos os processos de trabalho e intensificamos a fiscalização do exercício profissional para preservar as vagas do mercado de trabalho destinadas a economistas.

Modernizamos também os meios de acesso à comunicação, com identidade visual mais leve, moderna, que pode ser conferida no nosso site (www.portaldoeconomista.com.br) e nesta edição repaginada do Agenda Econômica, que chega à sua 129ª edição. Outros produtos, dessa vez digitais, estão a caminho.

Promovemos e apoiamos iniciativas, como o Encontro Nacional de Economia Política em Belo Horizonte, na última semana deste mês, a V Gincana Mineira de Economia, que será realizada em agosto, o XX Congresso Brasileiro de Economia, marcado para setembro, em Manaus, o XXV Prêmio Minas de Economia, entre outros.

Acreditamos que o mais importante é reforçar a importância do papel do economista em sua capacidade de repensar, de criar, de planejar e de contribuir para o desenvolvimento, nos diversos segmentos sociais e produtivos, seja nas áreas industrial, tecnológica, serviços, comércio, acadêmica, pública e privada, nacional e internacional.

Cláudio Gontijo
Presidente do CORECON-MG

EMPOSSADOS

Cláudio Gontijo: Conselheiro efetivo e presidente. Doutor em Ciências Econômicas pela New School for Social Research dos Estados Unidos. É professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. É mestre em Economia pela UNICAMP. Graduado em Ciências Econômicas na UFMG. Escritor e articulista de economia.

Fabrizio Augusto de Oliveira: Conselheiro efetivo e vice-presidente. Doutor e mestre pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde foi professor e ex-professor-adjunto da PUC Minas. Foi subsecretário da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, consultor na área do setor público para organismos nacionais e internacionais. É professor na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e autor de diversos livros sobre economia.

Frederico Gonzaga Jayme Jr: Conselheiro Efetivo. Doutor em Economia pela New School for Social Research, Nova York, Estados Unidos. Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, é professor da FACE/UFMG.

Carlos Aníbal Nogueira Costa: Conselheiro suplente. Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é graduado em Ciências Econômicas pela FACE/UFMG, onde é professor. Atua nos seguintes temas: Competitividade, Estratégia Empresarial, Política Industrial, Política Econômica.

Paulo Orestes Costa Lima: Conselheiro Suplente. Bacharel em Ciências Econômicas pelas Faculdades Integradas Bennett, tem especialização em Controladoria e Finanças pela Face (UFMG), Auditor da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP/UFMG e do Instituto de Pesquisa Econômica, Administração (IPEAD) e Auditor Membro da Comissão de Precatórios da Prefeitura de Belo Horizonte.

Raimundo de Sousa Leal Filho: Conselheiro Suplente. Doutorando do programa de pós-graduação em Economia do CEDEPLAR/UFMG, pesquisador em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro, mestre e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Wilson Benício Siqueira: Delegado Efetivo. Graduado em Ciências Econômicas pela UFMG, mestre em Ciência Política pela UFMG. Ex-presidente do CORECON-MG, gestão 2008/2010. É consultor financeiro e faz projetos para empresas públicas e privadas.

Róridan Penido Duarte: Delegado eleitor suplente. Especialista em Finanças pela Fundação Dom Cabral e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, é servidor do Banco Central. Graduado em Ciências Econômicas pela UFMG, foi diretor de administração e finanças da Prefeitura de Belo Horizonte e coordenador de logística e administração do Ministério do Trabalho e Emprego.



Presidente: Cláudio Gontijo | **Vice-presidente:** Fabrício Augusto de Oliveira | **Conselheiros efetivos:** Cláudio Gontijo, Fabrício Augusto de Oliveira, Pedro Paulo Moreira Pettersen, Daniela Almeida Raposo Torres, Lourival Batista de Oliveira Júnior, José Roberto de Lacerda Santos, Antônio de Pádua Galvão, Frederico Gonzaga Jayme Junior, Sylvania Maria de Carvalho Araújo | **Conselheiros suplentes:** Ronaldo Lamounier Locatelli; Leonardo Pontes Guerra; Raimundo de Sousa Leal Filho, Paulo Orestes Vidigal Martins da Costa, Carlos Anibal Nogueira Costa | **Delegado eleitor efetivo:** Wilson Benício Siqueira | **Delegado eleitor suplente:** Róridan Penido Duarte | **Delegados Regionais:** Governador Valadares: Douglas dos Santos Barduzzi; Itajubá: Maurílio Gomes de Magalhães; Itaúna: Ruperto Benjamin; Juiz de Fora: Maria Isabel da Silva Alvim; Montes Claros: Aloysio Afonso Rocha Vieira; Poços de Caldas: David Rebelo Fiorito; São João Del Rey: Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha; Sete Lagoas: Jason de Oliveira Duarte; Uberaba: Cássio Silveira da Silva; Uberlândia: Leonardo Baldez Augusto; e Viçosa: Evonir Pontes de Oliveira. Gerente-executivo: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva.



Comissão editorial: Fabrício Augusto de Oliveira, Carlos Anibal Nogueira Costa, Frederico Gonzaga Jayme Junior, Antônio de Pádua Galvão e Daniela Almeida Raposo Torres

Jornalista responsável: Angela Drummond – MTB: 2332
ascom@corecon-mg.org.br

Colaboração: jornalista Cândida Emilia Borges Lemos – MTB: 2299

Diagramação: Jota Campelo | **Impressão:** Work Print |

Tiragem: 5 mil

Correspondência: Rua Paraiba, nº 777 – Funcionários
CEP: 30130-140 – Belo Horizonte – MG Tel.: (31) 3261-8127
corecon-mg@cofecon.or.br – www.portaldoeconomista.org.br

ÓRGÃO INFORMATIVO DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DE MINAS GERAIS

A crise europeia, os seus entraves à recuperação econômico-financeira do Velho Continente e o baixo crescimento do Brasil nas últimas décadas, com a política econômica focada no controle da inflação sem ações efetivas resultantes de planejamento, foram temas que permearam a cerimônia de posse do Conselho Regional de Economia de Minas Gerais 10ª Região (Corecon-MG), em 20 de março, com a recondução dos economistas Cláudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira, presidente e vice-presidente, respectivamente, por mais um ano à frente da entidade.

As questões postas contribuem para a compreensão da realidade brasileira e internacional e para o enriquecimento do debate nacional sobre os graves desafios relacionados ao endividamento dos estados, ao aumento da carga tributária, aos juros altos e ao atraso dos investimentos em infraestrutura que preocupam os economistas. O debate entre o pensamento econômico de diferentes correntes teóricas e visões esteve presente durante o evento e continua nesta edição. Afinal, o desenvolvimento depende do crescimento econômico?

As respostas não se esgotam aqui, mas abrem o debate posto, como se pode ver nas opiniões divergentes apresentadas nos artigos dos economistas Fabrício Augusto de Oliveira, vice-presidente do Corecon-MG, e Róridan Penido Duarte, delegado eleitor suplente do Corecon-MG (páginas 4 e 5). Posições divergentes fazem parte de instituições como o Corecon-MG, que completa 48 anos em junho, e representa o pensamento múltiplo dentro do estado, com a sua contribuição ao debate nacional acerca das grandes questões que dizem respeito ao país e aos acontecimentos internacionais.

Por isso mesmo, a cerimônia de posse contou, este ano, com a presença de representantes de diversos órgãos públicos e privados, com a apresentação do vídeo "Conexões, Minas no século 21", produção conjunta do Sistema Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), o Banco de

Novos conselheiros assumem até 2015

Diferentes abordagens sobre política econômica valorizam evento

Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), que cedeu o auditório Paulo Camillo de Oliveira Penna para o evento, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI) e o Governo do Estado de Minas Gerais.

A cerimônia foi presidida pela economista Marilena Chaves, presidente da Fundação João Pinheiro (FJP), que entregou os certificados ao presidente e ao vice. Eles, por sua vez, diplomaram os novos conselheiros Frederico Gonzaga Jayme Jr. (efetivo), Carlos Aníbal Nogueira Costa (suplente), Paulo Orestes Costa Lima (suplente), Raimundo de Sousa Leal Filho (suplente); e os delegados Wilson Benício Siqueira (efetivo) e Róridan Penido Duarte (suplente).

Representando o governo de Minas, a secretária Dorothea Werneck, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Sede), também economista, impossibilitada de comparecer à cerimônia devido a compromissos de última hora, enviou a mensagem: "Os meus mais sinceros votos de sucesso ao Dr. Cláudio Gontijo e ao Dr. Fabrício de Oliveira nesta nova

ALESSANDRO CARVALHO



A presidente da Fundação João Pinheiro, economista Marilena Chaves, preside a mesa durante a posse dos novos conselheiros do Corecon-MG

gestão, extensivos a todos os membros do Conselho".

Estiveram presentes Juarez Trevisan, presidente da Federação Nacional dos Economistas (Fenecon); e, representando o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Ermes Tadeu Zapelini; o economista Róridan Penido; os vereadores Adriano Ventura, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Gilson Reis, presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais (Simpro-MG), entre outras autoridades, economistas, estudantes e convidados.



Embora para alguns analistas a redução da desigualdade deva-se às políticas redistributivas, que teriam propiciado a migração de 30 milhões de brasileiros para a 'nova classe média', sem o crescimento econômico, esse quadro não seria tão favorável.

Essencial

No período de 1990-2000, o PIB per capita brasileiro conheceu uma expansão de 9,4%, com um crescimento médio anual de pouco mais de 0,8%. Com a fraqueza do crescimento econômico, aliada às então limitadas políticas redistributivas existentes, o Índice de Gini de Renda Domiciliar per capita, que mede o grau de desigualdade do país, manteve-se em torno de 0,6, lembrando que este, quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição de renda.

Surpreendentemente, o IDH, um índice limitado de desenvolvimento humano, mais favorável quanto mais próximo de 1, registrou um avanço de 10,8% (saltou de 0,600 para 0,665), explicado principalmente pelo aumento da expectativa de vida da população e pelo aumento da média de escolaridade dos brasileiros, já que a evolução da renda per capita pouco contribuiu para essa melhoria.

Entre 2000 e 2010, o PIB per capita expandiu-se 26,4%, com incremento médio anual de 2%, devido ao maior crescimento econômico. O IDH continuou em trajetória de melhoria, atingindo 0,715 (avanço de 7,5%), mas foi o Índice de Gini que recebeu impactos mais positivos deste processo: a partir de 1998, ingressou numa trajetória de queda constante e fechou o ano de 2010 no nível de 0,536 (melhoria de 12%), o que continuou ocorrendo nos anos seguintes, mas a uma velocidade bem mais reduzida, dado o enfraquecimento das forças do crescimento.

Embora para alguns analistas essa redução da desigualdade deva-se às políticas redistributivas implementadas, que teriam propiciado a migração de 30 milhões de brasileiros para a "nova classe média", sem o crescimento econômico registrado, certamente esse quadro não seria tão favorável.

O aumento do salário mínimo em mais de 50%, em termos reais, registrado após 2003, trouxe ganhos apreciáveis para os trabalhadores de mais baixa renda, mas também impactou positivamente os benefícios previdenciários a ele vinculados de mais de 18 milhões de aposentados e pensionistas. Como a fórmula de correção do salário mínimo adotada, a partir de 2007, combina o índice inflacionário com o crescimento do produto real, caso este não tivesse se mostrado favorável, certamente os reajustes

Desenvolvimento econômico prescinde do econômico

reais não teriam sido concedidos nos mesmos níveis tanto aos trabalhadores quanto aos beneficiários do INSS.

Da mesma forma, o crescimento mais robusto alcançado após 2003, na onda do excepcional crescimento da economia mundial, acarretou um forte aquecimento do mercado de trabalho, com a economia gradativamente sendo empurrada para uma situação de (quase) pleno emprego, com impactos bastante positivos sobre o salário médio real dos trabalhadores, que cresceu cerca de 20% até 2012, o que contribuiu para um avanço da participação dos salários na distribuição funcional da renda e para a redução das desigualdades, expressa no Índice de Gini.

Devem-se, portanto, principalmente ao crescimento econômico e às alterações registradas no mercado de trabalho as melhorias ocorridas, nesse período, nos níveis dos salários reais e na redução da desigualdade. No tocante às políticas de transferências diretas de renda, caso do programa Bolsa-Família, também dependentes da arrecadação do governo e, portanto, do crescimento, estas contribuíram apenas de forma subsidiária, até mesmo pela dimensão dos recursos destinados a esses programas.

Se, como entendiam os economistas clássicos, é com o crescimento econômico que se garante a prosperidade de uma nação, e se o desenvolvimento contempla a melhor distribuição de seus frutos, sem ele, se se pretende uma sociedade mais igualitária, pode não restar outro caminho senão o da distribuição da miséria.

Doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp), vice-presidente do Corecon-MG e autor, entre outros, do livro "Política Econômica, estagnação e crise mundial: Brasil, 1980-2010".

Vivimento crescimento mico?

Variáveis



RÓRIDAN PENIDO DUARTE

Para abordar a questão posta, pedimos licença àqueles que tratam a Ciência Econômica como ciência exata e, de plano, respondemos: “Depende!”. Como em toda ciência humana, o estabelecimento de relações de causa-efeito entre variáveis – no caso, crescimento e desenvolvimento – dependerá dos conceitos envolvidos em ambas.

Visando qualificar o debate, há de se denunciar a obsessiva e reducionista visão que tem prevalecido, na mídia, na academia, na opinião pública, segundo a qual a lógica da economia – e, pior, a meta de governos e sociedades – é buscar o crescimento a todo custo. Vive-se quase uma paranoia social de que a felicidade humana será alcançada com robustas taxas de crescimento do produto interno bruto. Governos são julgados pelos números de crescimento do PIB, numa cruel e desfocada “olimpíada” entre nações, entre governos, entre partidos...

Perdeu-se a perspectiva do desenvolvimento como meta fim da sociedade (se disséssemos que é a felicidade, poderíamos ser acusados de heresia), tendo-se o crescimento como apenas um dos objetivos mediatos. Crescimento econômico foca o aspecto quantitativo, e possui claros limites; desenvolvimento associa-se à qualidade, foca as pessoas e ilimitadas possibilidades. Hoje, a dimensão do desenvolvimento está rebaixada à questão do crescimento, tanto quanto – por analogia – a questão democrática limita-se aos procedimentos eleitorais.

O chamado “neodesenvolvimentismo”, que inicialmente se mostrava algo auspicioso, enquanto eixo de atuação e planejamento governamental, tem-se subordinado totalmente, de forma reducionista, ao tema do crescimento econômico, que colonizou o debate. Confundem-se meios e fins.

Exemplos históricos não faltam. Taxas elevadas de crescimento não garantem desenvolvimento, na medida em que o padrão em que se sustente

seja excludente, concentrador de renda e riqueza.

Pode haver padrões de crescimento econômico mais modestos, mas que, combinados com políticas públicas adequadas, e com uma saudável relação Estado e setor privado, proporcionem melhores resultados de desenvolvimento, com distribuição de renda, redução das desigualdades, fortalecimento da massa salarial, ganhos de produtividade, estabilidade do poder de compra da moeda, sistema financeiro sólido e voltado ao financiamento produtivo, estímulos ao investimento associados ao crescimento sustentável do mercado consumidor interno, desenvolvimento ambiental etc.

Crescimento econômico como meta última, dissociada de um projeto nacional consistente, pode conduzir à concentração de capital e, eventualmente, à própria desnacionalização da indústria.

Não adianta uma sociedade produzir mais e mais bens e serviços se não souber distribuí-los de forma equitativa entre seus membros; é preferível uma economia que se adapte a taxas sustentáveis de crescimento (inclusive ambientalmente), mas que fortaleça instituições e tenha políticas públicas que tornem mais igualitário o acesso a esses bens e riquezas.

Ademais, conjunturas de baixo crescimento muitas vezes decorrem de vivermos numa sociedade atrelada ao dinamismo econômico externo, sujeitas às crises mundiais. Mesmo nesses contextos, não se pode perder de vista a possibilidade de avanços no desenvolvimento nacional, na medida em que políticas públicas sejam implementadas e permitam, se não evitarem, mitigar efeitos do baixo crescimento interno decorrentes das crises externas.

Reformulemos a questão inicial: não se trata de prescindir ou não o desenvolvimento do crescimento, e sim que nem todo padrão de crescimento conduz necessariamente ao desenvolvimento. Há de se ter um projeto mais amplo de desenvolvimento – e aí economistas e Ciência Econômica cumprem papel fundamental –, no qual o crescimento seja apenas uma das possíveis variáveis da equação.

Vive-se quase uma paranoia social de que a felicidade humana será alcançada com robustas taxas de crescimento do produto interno bruto.

Especialista em Finanças pela Fundação Dom Cabral e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, formado em economia pela Face/UFMG. É servidor do Banco Central, na regional de Belo Horizonte.

Estratégias em disputa

Organizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), o XVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), em Belo Horizonte, de 28 a 31 de maio, na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG, Campus Pampulha, promete colocar os economistas no centro das discussões. O tema geral escolhido é Economia Política do Desenvolvimento: estratégias em disputa, que pretende capturar o debate social-contemporâneo do desenvolvimento.

O Corecon-MG, assim como o Cofecon, está entre as instituições que apoiam o evento, juntamente com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). As inscrições terminam em 24 de maio e podem ser feitas no site www.sep.org.br.

A coordenação-geral do seminário é do professor da Universidade Federal de Uberlândia Niemeyer Almeida Filho, do João Ildebrando Bocchi (PUC/SP) e do João Policarpo Rodrigues Lima, presidente, vice-presidente e diretor do SEP, respectivamente.

Espaço da economia

AE — Qual a importância do ENEP para professores, alunos e profissionais?

NIEMEYER: A Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) foi criada em 1996 por um grupo de professores que se mostrava insatisfeito com os rumos da profissão, especialmente no âmbito das universidades. Havia uma opção clara pelo campo dominante da Economia na maior parte dos centros acadêmicos, que se consolidou nos anos seguintes. Os Encontros Nacionais da SEP, em oposição, que se iniciaram naquele ano, avançaram para ser o espaço do campo crítico da economia. Assim, entendo que a importância do nosso evento está na própria natureza e dimensão (com apresentação de 120 trabalhos, minicursos e debates), sobretudo para aqueles que não se conformam com a visão de mundo do campo dominante.

AE — Neste ano, serão ofertados quatro minicursos, com 20 horas. Esse é um novo formato em relação às edições anteriores? Há demanda para isso?

NIEMEYER: Nossa compreensão na atual diretoria é que precisamos ampliar nossas atividades voltadas

aos alunos de graduação e pós-graduação, e mesmo profissionais que buscam atualização. Os minicursos oferecidos até o ano passado eram muito mais de informação dos rumos de temas contemporâneos selecionados. Queremos que eles se transformem em atividades de formação, com trabalho prévio de leitura e elaboração de trabalhos. Nossa expectativa é de preenchimento das 100 vagas oferecidas em cada um deles.

AE — Já há previsão de quantos trabalhos serão apresentados?

NIEMEYER: Teremos 120 trabalhos completos apresentados, além de sessões de comunicações.

AE — Quantos profissionais e estudantes estão previstos?

NIEMEYER: Nossos dois últimos eventos alcançaram cerca de 600 inscrições, das quais esperamos que um terço seja de alunos e profissionais.

AE — Os trabalhos apresentados estarão disponíveis no site da instituição para consultas?

NIEMEYER: Os trabalhos estarão



PAULO SANDRONI/INDIVULGAÇÃO

disponíveis no nosso site após a divulgação da lista daqueles que foram selecionados.

AE — O que mais gostaria de destacar sobre o Encontro?

NIEMEYER: Vale destacar que o grupo de professores que criou a SEP tem vínculos históricos com a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange) e com o Conselho Federal de Economia (Cofecon), sobretudo os conselhos regionais, como é o Corecon-MG. Estivemos juntos na defesa da profissão de economista nos anos 1990. Estamos honrados em realizar um evento em Belo Horizonte, sede desse Conselho e contando com o seu apoio, na feliz oportunidade de contar com o presidente (Cláudio Gontijo) e vice-presidente (Fabrício Augusto de Oliveira), que têm relações históricas conosco, além dos conselheiros, como é o caso do professor Frederico Gonzaga Jaime Júnior, membro da comissão organizadora local do XVIII Enep.

Jogo de Inteligência

Para o idealizador da Gincana de Economia, a internet é a arte de saber selecionar

Que tal ser ministro da economia por algumas horas? O que você faria durante um ataque especulativo contra a moeda do seu país? O jogo se resume na disputa por soluções de problemas econômicos entre duas equipes de estudantes por partida. O adversário lança na tela do computador do concorrente situações a serem dominadas e solucionadas, tais como “valorização da moeda”, “elevação da taxa de juros”, entre outros. O objetivo é desenvolver e aplicar conceitos que possibilitem a simulação de variáveis macroeconômicas. Hoje, a Gincana de Economia, em sua terceira edição, mobiliza escolas, estudantes e os conselhos de economia de todas as regiões do Brasil.

O professor Paulo Henrique Sandroni, da Fundação Getulio Vargas de São Paulo, foi o idealizador dos jogos. Com vasto e substancial currículo acadêmico e editorial, o professor Sandroni é autor de mais de 10 livros, entre eles estão o Dicionário de Economia do Século XXI e

o novo Dicionário de Economia (Prêmio Jabuti, 1995). É graduado em Ciências Econômicas pela USP (1964) e mestre em Economia pela PUC-SP (1982).

Ele se surpreende com o alcance de sua criação: “Francamente, não esperava uma acolhida tão ampla”. “Atualmente, os alunos buscam informações nos Corecons querendo saber quando será a próxima gincana. Mas grande parte desse êxito deve-se ao empenho dos Corecons na realização do certame”, avalia.

Em 1995, o professor Sandroni observava alunos que jogavam cartas em salas de aula (pôquer, truco etc.). Assim nasceu a inspiração para criar o primeiro jogo, Brincando de Ministro: o jogo da economia brasileira. Ele recorda a evolução da proposta: “Em 2002, esse jogo foi adaptado para computador e, no ano seguinte, fizemos a adaptação em rede para a realização da primeira Gincana do Corecon de São Paulo”.

Para a edição 2013 da Gincana, o professor Sandroni adianta que haverá duas novidades: “A primeira delas é

que o número de economistas cujas obras estarão sujeitas a perguntas aumentará. A segunda é que o grau de dificuldade também aumentará, além das atualizações do que aconteceu recentemente, como a crise em Chipre”.

Além da gincana, há os jogos avulsos. No site www.sandroni.com.br, as pessoas podem jogar diretamente, ou por meio de downloads, quatro jogos diferentes: Brincando de Ministro: Jogo da Economia Brasileira; ataque especulativo: moeda fraca contra a moeda forte; Karoshi: jogo da qualidade; e Jogo do Desenvolvimento Urbano. Explica o professor que há “outros que são jogados em rede, e os interessados devem pedir licença para a instalação em escolas e faculdades”.

Ele avalia que o grande problema da internet “é o excesso de informação”, o que exige “a arte de saber selecionar”. E completa: “Mas é como uma lista telefônica. Tem de saber procurar. E é inegável que a portabilidade do conhecimento mais ajuda (e que ajuda!) do que atrapalha. Em síntese, é muito melhor tê-la do que não tê-la”.

Disputa marcada para agosto

A III Gincana Nacional de Economia será disputada durante o XX Congresso Brasileiro de Economia, organizado pelo Cofecon, que se realiza em Manaus, entre 4 e 7 de setembro de 2013. Os finalistas das gincanas regionais irão disputar o prêmio nacional do certame.

Os jogos buscam estimular a integração entre os alunos de economia de todas as instituições de ensino superior de Ciências Econômicas do Brasil. Podem participar estudantes de graduação sequencial e formação tecnológica presencial, semi-presencial e a distância em Ciências Econômicas, regularmente matriculados em instituições de ensino superior devidamente reconhecidas pelo MEC, e não há limitações quanto a período ou idade.

O Corecon-MG, em conjunto com as escolas de Ciências Econômicas de Minas Gerais, realiza a gincana desde 2009. A 5ª edição mineira será disputada no mês de agosto deste ano.

XXV Prêmio Minas

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o Corecon-MG, em esforço conjunto, instituíram desde 1988 o Prêmio Minas de Economia, que está agora em sua 25ª edição. A ideia é incentivar a investigação econômica em geral e o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade. O prêmio é destinado a estudantes dos cursos de graduação em faculdades de Economia com sede no estado. Somente podem concorrer ao XXV Prêmio Minas os trabalhos de monografia de conclusão de cursos de Economia. Inscrições e informações pelo site www.portaldoeconomista.com.br, pelo telefone (31) 3261-5806 ou na sede do Corecon-MG: Rua Paraíba, 777, Funcionários, Belo Horizonte (MG).

Prateleira

POLÍTICA ECONÔMICA, ESTAGNAÇÃO E CRISE MUNDIAL: BRASIL, 1980-2010

AUTOR: Fabrício Augusto de Oliveira | Azougue Editorial, 2012 | **PÁGINAS:** 396 pág.



ALESSANDRO CARVALHO

Entre 1980 e 2006, a economia brasileira patinou em termos de crescimento econômico. Com uma taxa média de expansão anual do PIB de 2,3%, o Brasil atravessou um período que poder ser considerado, sem nenhum exagero, de semiestagnação. A partir de 2007, aproveitando-se, ainda que tardiamente, do boom da economia internacional de 2003-2008 e beneficiando-se da flexibilização de algumas peças do modelo econômico de 1999, apoiado no tripé “câmbio flutuante/regime de metas de inflação/geração de superávit primário”, a taxa de crescimento saltou para 4,4% ao ano e descortinou, para o país, o reingresso numa trajetória de crescimento mais robusto, que o governo e também alguns economistas mais otimistas consideraram que ocorreria por um tempo prolongado.

Rica em detalhes nos vários períodos contemplados, a análise do economista se diferencia das que abordam essa problemática, na medida em que, apoiado na perspectiva e no método da economia política, procura compreender como as forças política e sociais terminam influenciando o conteúdo da política econômica, à luz do movimento real da economia. E como essas decisões nem sempre convergem para os interesses da sociedade como um todo, pois são vol-

tadas para atender demandas e interesses de setores dominantes, que influenciam os aparelhos do Estado e determinam sua direção e tendências.

A CRISE DA UNIÃO EUROPEIA: WHY PIGS CAN'T FLY

AUTORES: Cláudio Gontijo e Fabrício Augusto de Oliveira | **EDITORA:** Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon/MG) e Associação dos Economistas de Minas Gerais (Assemg) | **PÁGINAS:** 256 pág.



ALESSANDRO CARVALHO

Para jogar luz aos desdobramentos da crise econômica que fragiliza os alicerces do Velho Mundo e se arrasta desde 2010, o livro *A Crise Europeia (Why PIGS Can't Fly)* mostra que o baixo crescimento da economia mundial (2,4%), especialmente na zona do Euro (0,1%) e nos Estados Unidos (1,9%), segundo projeções do Banco Mundial (Bird) feitas em janeiro deste ano de que o cenário internacional é ainda mais preocupante do que o traçado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em outubro de 2012, que previa crescimento da economia global de 3,6% em 2013.

Em quatro capítulos, os autores identificam as raízes dessa crise, pejorativamente denominada “Crise dos PIGS (Portugal, Itália, Grécia e Espanha – Spain –, em Inglês)”, na formação da União Europeia e no arranjo fiscal, monetário, cambial e institucional que surgiu do Tratado de Maastricht. Tratado esse que condenou os países integrantes

desse bloco econômico a uma situação de baixo crescimento. O livro detalha, com rigor econômico impecável, as causas reais da crise na zona do Euro e na União Europeia e descortina os possíveis efeitos à economia global. Para os autores, na raiz dessa crise está o desenho pelo qual se construíram as bases de sustentação da União Europeia.

KEYNES, CRISE E POLÍTICA FISCAL

AUTOR: José Roberto Rodrigues Afonso | **EDITORA:** Saraiva, 2012 | **PÁGINAS:** 120 pág. | **PREÇO:** R\$ 42,00



ALESSANDRO CARVALHO

John Maynard Keynes, o economista britânico (1883-1946), voltou ao centro dos debates depois de irromper a crise financeira global de 2008. Nas leituras mais simplórias, ora ele é tido como o pai da presença marcante ou predominante do Estado na vida econômica, ora como quem defende a gastança pública ou o aumento do gasto como saída para uma crise.

Nesta obra, José Roberto Rodrigues Afonso dedica-se a resgatar as reflexões teóricas de Keynes sobre a economia e as crises econômicas, bem como este entendia o papel que caberia ao Estado e à política fiscal na sua solução. O autor procura, assim, desfazer as visões equivocadas sobre a sua teoria a respeito dessas questões e destacar como e de que maneira a ação estatal deve ser manejada de forma eficaz para atenuar seus efeitos.



Rua Paraíba, 777 – Funcionários – CEP 30130-140 – Belo Horizonte - MG



PARA USO DOS CORREIOS	
<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	RECUSADO
<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE
<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	END. INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	CEP
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE Nº INDICADO
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO
REITENGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM ____/____/____	
____/____/____ RESPONSÁVEL	

Impresso Especial
9912208423/2008-DR/MG Conselho de Economia de Minas Gerais - 10a região
CORREIOS

